

AYERBE, Luís Fernando. 2003. *O Ocidente e o “resto”* : a América Latina e o Caribe na cultura do Império. Buenos Aires : Centro Latino-americano de Ciências Sociais.

A ONDA NEOCONSERVADORA DO PÓS-GUERRA FRIA

Feliciano de Sá Guimarães

Em tempos de incerteza, como normalmente se caracteriza o presente, esta obra de Luís Ayerbe pretende ajudar aqueles interessados em elucidar alguns mistérios acerca da percepção estadunidense sobre o mundo pós-Guerra Fria, principalmente no que concerne à América Latina e ao Caribe. Antes de tudo, este livro parece ser um “roadmap”, para ficar nos modismos, do pensamento conservador, ou neoconservador, que atualmente pulula nos corredores da Casa Branca em Washington. De Samuel Huntington a Francis Fukuyama, passando por Edward Luttwak, Lawrence Harrison, Zbigniew Brzezinski, Irving Kristol e Paul Wolfowitz, o livro é repleto de passagens a respeito da nova ordem e, notadamente, acerca do papel que os EUA devem exercer nestes tempos de “fim da história”.

Fruto de intensas pesquisas empíricas tanto cá como lá, o texto de Ayerbe, *a priori*, assemelha-se a um emaranhado de diversas citações um pouco sem sentido para o leitor. No entanto, conforme avançam as páginas, logo se vê uma cadência orquestrada a fim de situar a discussão acerca tanto das propostas neoconservadoras para o mundo como da identidade latino-americana nesse contexto. A proposta básica do livro é a seguinte: demonstrar, por um lado, como as visões culturalistas tomaram o lugar das visões estritamente ideológicas nos discursos e propostas de política externa dos EUA após o fim da Guerra Fria e, por outro, averiguar em que contexto a América Latina e o Caribe figuram no ideário do *establishment* conservador estadunidense e como essa região peca pela falta de uma proposta alternativa.

O livro é dividido em três grandes capítulos – disposição, aliás, que dificulta a leitura – com os quais Ayerbe faz o tradicional caminho do geral ao singular, ou seja, da grande obra neoconservadora contemporânea, totalizante e lógica, às resistências localizadas dos movimentos sociais latino-americanos. No primeiro capítulo, talvez o mais elucidativo, a longa e antiga discussão a respeito das culturas mais propensas à acumulação capitalista aparece de maneira clara e interessante, de modo a situar o leitor nessa tal forma de pensar que atribui a certas singularidades culturais o desenvolvimento econômico. Já na segunda parte, Ayerbe demonstra, com base em diversos discursos diplomáticos e textos de vários institutos conservadores, como a lógica culturalista vem permeando o imaginário estadunidense na formulação de sua política externa tanto global como regional e, mais do que isso, como que essa nova visão atinge o continente ao sul do Rio Grande. Por fim, no último capítulo, o autor faz uma sucinta discussão a respeito da identidade latino-americana e como esta (ou sua ausência) impossibilita uma eventual proposta alternativa da região às abordagens culturalistas ou modernizantes dos EUA.

De um modo geral, os autores utilizados por Ayerbe, em maior ou menor grau, fazem parte daquela onda de “*civic culture*”, ou seja, um movimento específico da Ciência Política estadunidense que tem lugar a partir da década de 1960, mas que chegou às relações internacionais um pouco mais tarde, desbancando as visões presas à lógica restrita da Guerra Fria. Mais próxima da perspectiva weberiana e toqueviliana, na medida em que engloba fatores subjetivos, de sentido e comportamentais na análise, essa corrente procura responder às seguintes perguntas: por que certos países são estáveis e outros não? Quais são os fatores de ordem cultural e histórica que podem demonstrar a estabilidade e duração de determinados regimes políticos, econômicos e sociais?

Com efeito, a partir das observações do historiador inglês David Landes, o texto começa com uma discussão sobre a percepção segundo a qual o capitalismo moderno somente atinge sua plenitude em contextos culturais propícios à acumulação de capital. Tanto para Landes como para Harrison e Fukuyama, essas características essenciais de acumulação capitalista seriam a capacidade de inovação, produção e adaptação para lidar com o

desenvolvimento tecnológico; a valorização da competição, do mérito e da livre iniciativa; a existência de regras claras e precisas de competição política e econômica (império da lei); o livre associativismo e, por fim, a avareza. Ao passo que para Luttwak, por exemplo, somente nos EUA e Europa ocidental existe um certo “turbocapitalismo” que tem como sustentação uma ética calvinista de comportamento sem o que o capitalismo, mais uma vez, não se desenvolve plenamente. Ironicamente, Luttwak chama atenção também para os problemas decorrentes da importação incompleta desse modelo por outros países, incorporando apenas a dimensão econômica, ou seja, liberalização, privatização e globalização, sem as correspondentes culturais: império da lei, fortalecimento da sociedade civil organizada e a própria ética calvinista.

Segundo Ayerbe, “a relativização da pobreza, tomando como referência a subjetividade dos atores na percepção de suas condições de vida e a comparação com outras sociedades, é um aspecto metodológico central nesse tipo de abordagem” (p. 17). Essa visão culturalista assume a premissa de que, em sociedades preocupadas com a sobrevivência material, a constante exposição às frustrações econômicas tende a fortalecer comportamentos tradicionais, que, por sua vez, são entendidos pelo *establishment* neoconservador como base propícia à eclosão de agentes descontentes com o capitalismo moderno.

O autor argumenta ainda que, apesar dos riscos envolvidos nesse processo de incorporação às avessas do “turbocapitalismo” conforme Luttwak, esse tipo de perspectiva não prevê a possibilidade de os perdedores tornarem-se agentes destruidores da ordem, como assim o foram os comunistas durante a Guerra Fria. Atualmente, para os neoconservadores, não há alternativas estruturais ao sistema. Contudo, a ascensão de valores tradicionais com base em desigualdades sociais e seu corolário imediato – o fundamentalismo religioso – são percebidos como fonte dos conflitos típicos da nova ordem.

Nesse contexto, a própria idéia sobre papel do Estado é repensada. Para Michael Lind, por exemplo, o Estado deve ser “catalisador”: em outras palavras, um Estado que não confie somente em seus recursos e que procure articular interesses privados a fim de liderá-los. Aquela pesada organização burocrática, típica do Estado de Bem-estar Social, não é mais capaz de lidar com a nova ordem e, portanto, deve articular-se com uma sociedade civil organizada no intuito de coibir a eclosão de conflitos. Entretanto, mesmo pregando reformas nos aparelhos estatais, um dos relatórios da INSS (Institute for National Strategic Studies)¹ analisado por Ayerbe enfatiza que a segurança internacional deve ser feita, em primeira instância, pelo Estado (defesa, política externa e diplomacia), ainda que reformado, e não pelo mercado, que é o segundo passo a ser dado a fim de assegurar a paz em determinada região. Desse modo, essa percepção advoga um intenso engajamento internacional por parte dos Estados-nação, principalmente dos EUA, no sentido de debelarem eventuais inimigos de um sistema que, pela primeira vez, é visto como realmente global.

Com base em pesquisas realizadas pela Rand Corporation² e pela própria INSS, Ayerbe argumenta que a realidade global é vista por alguns neoconservadores como uma “infinitude de atores privados movidos por inúmeras agendas, favoráveis ou críticos à ordem, mas que compartilham valores ocidentais de competição baseados no pluralismo, liberdade de expressão e respeito à legalidade” (p. 29). Esse tipo de visão chama atenção, por exemplo, para o próprio papel das organizações não-governamentais na nova ordem, entendidas mais como legitimadoras do que como críticas desses princípios. Isto é, Ayerbe tenta demonstrar que na visão do *establishment* a contestação sistêmica, para acontecer – se é que realmente acontece –, precisa adotar certos valores caros à ética liberal, como o fortalecimento da sociedade civil organizada e das instituições privadas de modo geral, ou seja, temas centrais da agenda de política externa estadunidense desde os tempos da dicotomia sistêmica.

Conforme se observa ao longo do texto, tanto a pesquisa da Rand como a da INSS pregam uma liderança global seletiva e o engajamento social por parte do governo dos EUA. Demonstram claramente que a existência de novos inimigos, frutos de culturas pouco aptas ao desenvolvimento econômico e social, somente podem ser combatidos com uma política seletiva de aliados e incentivos determinados. Pregam, em última instância, o multilateralismo e são contrárias ao unilateralismo. Isso não significa, porém, que deixam de demonstrar aquele tradicional caráter missionário estadunidense, tanto no sentido de expansão da democracia liberal como na defesa da mesma.

¹ Instituto ligado à National Defense University, do Departamento de Defesa dos EUA.

² A Rand Corporation foi criada no final da 2ª Guerra com o objetivo de assessorar a Força Aérea dos EUA em temas relacionados a pensamento estratégico e sistemas de armamentos.

Dessa forma, em comparação à Guerra Fria, a nova ordem é percebida, do ponto de vista da segurança nacional dos EUA, como menos perigosa em termos de tensões de alcance global. Os inimigos não estão mais fora do sistema de valores (comunistas), mas dentro dele. Mesmo as motivações do novo terrorismo internacional são vistas mais como fúrias anti-sistêmicas do que como algo alternativo ao próprio capitalismo liberal.

Apesar das inúmeras diferenças entre os neoconservadores (Samuel Huntington prega, por exemplo, uma retração e não um engajamento internacional por parte dos EUA), Ayerbe sustenta que, de modo geral, há um consenso: a convicção plena na superioridade do modo de vida ocidental, ameaçado pela ação de culturas refratárias ao progresso. As democracias liberais e desenvolvidas são entendidas como o último estágio, o cume de uma trajetória universal de modernização a ser alcançada pelos estados em transição, estados fora-da-lei e estados falidos.

Ora, onde se encontra a América Latina e o Caribe em toda essa propaganda? Claramente entre os estados em transição. Ayerbe utiliza a defesa que Harrison faz da ética anglo-saxã e protestante como molde para o capitalismo e de sua dura crítica à cultura ibero-católica tradicional, existentes na introdução do livro *A cultura é que importa*, para demonstrar o cerne da percepção neoconservadora sobre a América Latina. Nessa mesma toada, o inglês Landes, assim como os autores do *Manual do perfeito idiota latino-americano*, vêem a cultura da dependência no continente e sua renitente mania de atribuir aos outros as causas de seu subdesenvolvimento como o maior problema da cultura regional. Em contrapartida, Elliot Abrahams vislumbra na América Latina do pós-Guerra Fria uma verdadeira revolução intelectual que, pela primeira vez na história, converge todos os países para o modo de vida americano. Finalmente, nos relatórios da INSS, no intuito de lidar-se com os focos de instabilidade na região, a prescrição caminha no sentido da necessidade de não apenas olhar para o Estado, mas para dentro dele. Ou seja, os inimigos são os agentes internos e, portanto, somente um maior engajamento entre os estados da região, aliados obviamente aos EUA, pode pôr fim à propagação do modelo colombiano de falência estatal.

De acordo com Ayerbe, em sociedades em fase de modernização, os neoconservadores defendem que o tratamento de eventuais desdobramentos do processo de liberalização deve passar para a esfera da responsabilidade dos agentes privados, uma vez que a capacidade da América Latina e de seus governos em corrigir distorções ainda não estaria incorporada plenamente às práticas políticas e sociais. Para esse grupo não existe uma identidade tipicamente latino-americana. Na realidade, essa identidade é geralmente invocada nos momentos e em atitudes resistentes ao progresso. Apesar dessa indefinição cultural, o autor argumenta que para os neoconservadores o diagnóstico é preciso: democratização, abertura econômica e convergência de interesses nas relações com os EUA, entendidos como passos precisos rumo ao Ocidente. Desse modo, o principal fator de conflitos na região seria um capitalismo excludente e não mais os tradicionais inimigos do sistema – a esquerda revolucionária.

A partir de uma rica análise do *US Strategic Plan* do Departamento de Estado, o autor argumenta que “a formulação de interesses nacionais e metas estratégicas de médio alcance [dos EUA] sinalizam a aliados e inimigos os principais lineamentos estruturais da inserção internacional do país, numa perspectiva que se apresenta suprapartidária. Acima das divergências entre Democratas e Republicanos está a defesa do *American Way of Life*, o que situa a cultura como eixo transcendente de uma política externa que associa o engajamento global com a promoção de valores considerados universais” (p. 66). Ou ainda: “[...] nessa perspectiva, cultura e interesses são indissociáveis. A defesa de valores considerados universais faz parte do objetivo de criar um ambiente internacional livre e seguro” (p. 90). Nessas passagens a diplomacia exercida pelos EUA não é tão-somente econômica, mas acima de tudo cultural. A cultura, no lugar da ideologia, parece substituir a base intelectual da formulação da política externa estadunidense, embora durante toda a Guerra Fria a defesa desse modo de vida também figurasse nos discursos. A diferença básica parece ser uma questão de grau e hierarquia. Se antes a defesa do *American Way* vinha colada à defesa do capitalismo, caminhando lado a lado, haja vista a defesa de inúmeras ditaduras ao redor do globo, agora ambos estão intrinsecamente ligados de modo a colocarem-se como o ápice a alcançar-se, não apenas pelos demais países ocidentais como por todos, inclusive os países ex-socialistas e desgarrados.

O autor sustenta que um elemento central à lógica neoliberal imbricada no modo de vida estadunidense, propagandeada tanto por Democratas como Republicanos, é a proclamação de seu caráter único. Por outro lado, as críticas dos movimentos sociais direcionadas a tudo que se diz totalizante pregam a pluralidade de abordagens e de mundos possíveis. Contra o uniformizante buscam os contrários. No entanto, para que essa política reivindicatória não alcance a guerra, a pluralidade deixa de ser percebida como oposição estrutural e

passa a flutuar dentro do sistema de valores mundiais, desde que todos os participantes reconheçam-se e respeitem as regras do jogo. Frente à avassaladora força desse projeto aspirante à hegemonia, os movimentos sociais valorizam a ampliação da cidadania – enfim, tentam ajustar e não mudar o projeto. Nesse contexto, os EUA possuem algo para colocar na mesa de negociações e, em contrapartida, a América Latina e o Caribe carecem de alternativa, de saídas.

Ao longo de todo o texto, Ayerbe tenta mostrar ao leitor que os norte-americanos têm uma visão de mundo bastante clara, uma utopia nítida; enfim, um projeto totalizante e de poderosa força material. De outro lado, à esquerda, notadamente a latino-americana, há apenas rejeição. Falta uma alternativa factível, ou seja, uma outra proposta com algum de tipo de força material capaz de rivalizar com os do Norte. Mesmo a partir do ângulo neoconservador, os mais diversos protestos da esquerda contemporânea parecem cair na tentativa de ajuste do próprio projeto neoliberal e, jamais, em uma tentativa de substituí-lo. Aliás, em inúmeras passagens, o neoconservadorismo pretende tomar o papel da “esquerda”, entendida como ex-vanguarda, como ideologia fulminante de transformação da sociedade.

Que o projeto é totalizante e possuidor de força material não há menor dúvida. No entanto, faltou ao autor uma análise mais profunda sobre o caráter propagandístico desse grupo. Para seus críticos mais ferozes, o neoconservadorismo estadunidense deslocou-se da análise propriamente científica e caiu no campo da propaganda política, ligada, obviamente, a determinados interesses hegemônicos. Nesse sentido, boa parte dessas análises deveria ser entendida apenas como projeto político, uma vez que os conceitos e premissas alcançadas já foram amplamente derrubados, sobretudo pelos acadêmicos mais atentos. A própria noção de cultura desses autores, se é que há algum consenso nisso, deixa claro seu viés instrumental, haja vista as pesadas críticas sofridas tanto por Fukuyama como por Huntington depois do lançamento de suas mais importantes obras.

A despeito das críticas, observações e lacunas, este livro abre interessantes espaços para pesquisas futuras. Primeiramente, sobre a coesão dos neoconservadores. É importante lembrar que há muito tempo esse grupo está fora dos principais círculos acadêmicos dos EUA, ficando restritos a certos órgãos governamentais ou a universidades de menor porte, como bem demonstrou a reportagem do *Le Monde Diplomatique* (“ATIVISMO” DE BUSH, 2003). Desse modo, aquele famoso documento publicado pela revista neoconservadora *New American Century* em 1997, criticando duramente o governo Clinton e suas políticas hesitantes em matéria de política externa e também interna, demonstra até que ponto esse grupo pensa e age articuladamente, além de deixar claro um caráter mais objetivo e pouco proselitista de seus membros. Em segundo lugar, é interessante pensar como se dão os processos de recrutamento dessas elites políticas, seja no sentido de preencher os atuais postos de comando do governo Bush, seja no sentido de compor o mais importante grupo intelectual dos Republicanos. Finalmente, muito se tem especulado sobre uma eventual orientação filosófica dessa confraria, como bem demonstrou reportagem da *Folha de S. Paulo* (ONGS DESAFIAM PODER, 2003) a respeito do mito da influência do filósofo Leo Strauss. Refletir não só a respeito das propostas colocadas à mesa por esses ideólogos de plantão, mas a origem de suas orientações filosóficas e acadêmicas parece ser uma análise certamente interessante para aqueles interessados no assunto.

Feliciano de Sá Guimarães (felicianosa@yahoo.com.br) é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e mestrando em Relações Internacionais pelo programa San Tiago Dantas (Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)-Universidade Estadual Paulista (UNESP)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Ativismo” de Bush é obra neoconservadora. 2003. *Folha de S. Paulo*, 4.maio.

ONGs desafiam poder neoconservador. 2003. *Folha de S. Paulo*, 29.jun.